

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

DO PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL DO MME

Nov/2025

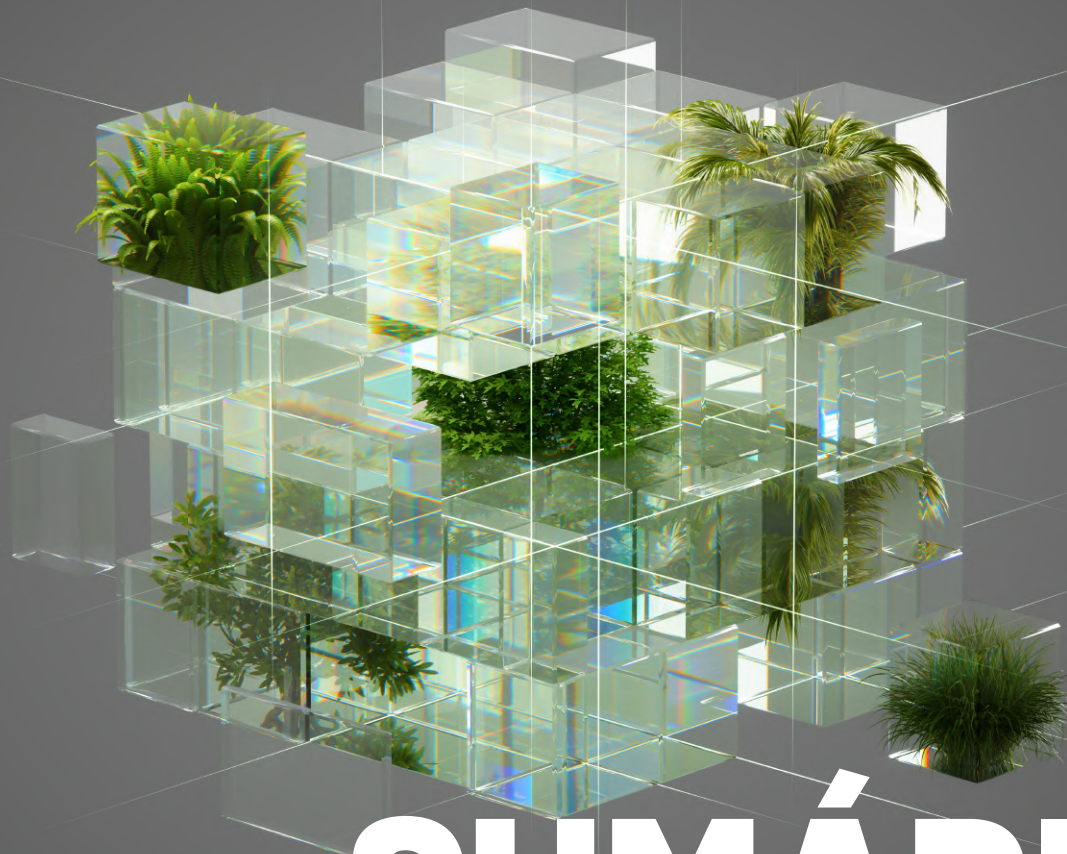


**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**



Período de referência: novembro de 2024 a novembro de 2025

CGRL/SPOA



SUMÁRIO

I Apresentação

II Introdução

III Sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS/MME)

IV Diagnóstico Institucional por Eixo

V Execução do Plano de Logística Sustentável por Eixo Temático

5.1 Eixo 1 – Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços

5.2 Eixo 2 – Racionalização da Ocupação dos Espaços Físicos

5.3 Eixo 3 – Identificação de Objetos de Menor Impacto Ambiental

5.4 Eixo 4 – Fomento à Inovação no Mercado

5.5 Eixo 5 – Inclusão de Negócios de Impacto nas Contratações Públicas

5.6 Eixo 6 – Divulgação, Conscientização e Capacitação

VI Riscos de corrupção identificados

VII Conclusão



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Anual de Gestão consolida a execução do Plano de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia (PLS/MME), referente ao período de novembro de 2024 a novembro de 2025, evidenciando as metas estabelecidas, as entregas efetivamente realizadas, as ações em curso e aquelas não executadas no período, devidamente justificadas.

O documento visa subsidiar a prestação de contas institucional, o acompanhamento gerencial e o aprimoramento contínuo das práticas de sustentabilidade administrativa, em consonância com as diretrizes federais e com os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança).



INTRODUÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do MME (2024–2028) constitui instrumento estratégico de planejamento voltado à promoção da sustentabilidade institucional no edifício-sede compartilhado pelo MME e pelo Ministério do Turismo (MTur).

No primeiro ano de implementação, o foco concentrou-se na execução de ações estruturantes e transversais, especialmente aquelas relacionadas ao consumo consciente, à gestão integrada de resíduos e à racionalização dos espaços físicos, consideradas fundamentais para viabilizar o avanço progressivo dos demais eixos nos ciclos seguintes.



03

SOBRE O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS/MME)

O Plano de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia (PLS/MME) foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SGD/ME nº 10/2022, que estabelece diretrizes para a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública Federal. Trata-se de instrumento de planejamento estratégico que orienta a gestão logística e administrativa do órgão, com foco na racionalização de recursos, na eficiência dos processos e na promoção da sustentabilidade institucional.

O PLS/MME está estruturado em seis eixos temáticos interdependentes, que contemplam dimensões ambientais, sociais e de governança, abrangendo desde o consumo consciente de bens e serviços, a racionalização dos espaços físicos e a inovação nas contratações públicas, até a inclusão social, a economia circular e a capacitação contínua dos servidores e colaboradores. Cada eixo possui metas específicas, acompanhadas de ações planejadas, entregas esperadas e indicadores de monitoramento, permitindo o acompanhamento sistemático da execução e a avaliação dos resultados ao longo do período de vigência do plano.

No que se refere à gestão de resíduos, o PLS/MME encontra-se diretamente articulado ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), aprovado em 2024, o qual estabelece diretrizes técnicas para a segregação, o acondicionamento, a coleta, o transporte e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados no edifício-sede do MME/MTur. O PGRS constitui instrumento complementar e indissociável do PLS, uma vez que subsidia a definição das ações de consumo consciente, logística reversa, economia circular e educação ambiental, conferindo base técnica às iniciativas implementadas.

O plano adota abordagem progressiva e integrada, reconhecendo que parte das ações possui natureza continuada e que outras dependem de condicionantes institucionais, orçamentárias, técnicas ou normativas para sua plena implementação. Essa metodologia possibilita a priorização de ações estruturantes nos ciclos iniciais — como a implantação da coleta seletiva e a reorganização dos fluxos de consumo —, bem como a consolidação gradual das iniciativas previstas nos demais eixos ao longo do período de vigência.

Dessa forma, o PLS/MME se consolida como instrumento orientador da atuação administrativa do Ministério, articulando-se de maneira complementar ao PGRS e integrando sustentabilidade, eficiência e governança, em alinhamento às políticas públicas federais, aos compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Brasil e às expectativas da sociedade quanto à atuação responsável do setor público.



04

DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL POR EIXO

O diagnóstico institucional que subsidiou a elaboração do Plano de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia (PLS/MME) partiu do reconhecimento de que o Ministério já vinha desenvolvendo, antes de 2024, iniciativas relevantes e alinhadas aos princípios da sustentabilidade, da gestão eficiente de recursos e da melhoria dos processos administrativos. Essas iniciativas evidenciam o comprometimento institucional com a temática e



constituíram uma base concreta para a estruturação do Plano.

Observou-se que tais ações apresentavam diferentes níveis de maturidade entre as unidades, refletindo a diversidade de atribuições, contextos e capacidades existentes no Ministério. Esse cenário indicou a oportunidade de avançar para um modelo mais integrado de planejamento, monitoramento e avaliação, capaz de potencializar os resultados já alcançados e ampliar a consistência institucional das práticas adotadas.

O diagnóstico também evidenciou a necessidade de fortalecimento da padronização de rotinas, da consolidação de indicadores e da sistematização de bases de dados, como forma de aprimorar a mensuração de resultados e subsidiar a tomada de decisão. Da mesma forma, a ampliação da articulação entre temas correlatos — como consumo consciente, gestão de resíduos, ocupação dos espaços físicos, sustentabilidade nas contratações e comunicação institucional — revelou-se estratégica para maximizar ganhos sistêmicos e promover maior sinergia entre as ações.

Nesse contexto, o diagnóstico permitiu identificar, de forma estruturada, oportunidades de aprimoramento em cada um dos seis eixos temáticos do PLS, ao mesmo tempo em que valorizou as iniciativas existentes. Com base nessa leitura, foram priorizadas, no primeiro ano de execução, ações de caráter estruturante e transversal, com elevado potencial de impacto e capacidade de induzir mudanças duradouras, especialmente nos campos do uso racional de materiais, da gestão integrada de resíduos, da otimização dos espaços físicos e do fortalecimento da cultura organizacional voltada à sustentabilidade.

O diagnóstico orienta a definição das metas, das ações e dos indicadores do PLS/MME, constituindo referência para o acompanhamento contínuo, a avaliação dos resultados e o aperfeiçoamento progressivo das práticas de sustentabilidade institucional ao longo do período de vigência do Plano.

EIXO 1 – Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços

Este eixo concentrou ações voltadas à redução de desperdícios, padronização de insumos, modernização de fluxos administrativos, uso seguro da rede elétrica e consolidação da coleta seletiva. Em 2025, foi o eixo de maior transversalidade, com forte integração ao PGRS.

Foram entregues ações como redução do número de impressoras e adoção de equipamentos compartilhados multifuncionais, ampliação dos fluxos digitais, implantação do almoxarifado virtual, substituição de eletrodomésticos por modelos eficientes, ações de eficiência hídrica e energética e implantação integral da coleta seletiva.

Algumas ações, como a configuração automática obrigatória de impressão frente e verso e a consolidação plena dos padrões de insumos em todos os pavimentos, não foram concluídas no período, em razão da necessidade de ajustes contratuais e adaptação gradual dos usuários, estando previstas para execução a partir de 2026.

Metas do eixo

- Reduzir o consumo de papel.
- Padronizar e racionalizar o uso de insumos administrativos.
- Promover eficiência hídrica e energética.
- Integrar o PGRS às rotinas administrativas.

Entregas realizadas em 2025

- Redução significativa do número de impressoras, com adoção de equipamentos compartilhados e multifuncionais.
- Ampliação do uso de fluxos digitais (SEI, documentos eletrônicos).
- Implantação do almoxarifado virtual.
- Substituição gradual de eletrodomésticos por modelos eficientes e proibida a instalação fora das copas.
- Implantação integral da coleta seletiva, com campanhas, materiais educativos, treinamentos e lixeiras padronizadas.
- Ações de reaproveitamento de água pluvial e de condensadoras.
- Modernização parcial do parque energético (LED, elevadores eficientes, SGE).

Ações não entregues em 2025

- Configuração automática obrigatória de impressão frente e verso.
- Consolidação plena de padrões de insumos em todos os pavimentos.

Justificativa

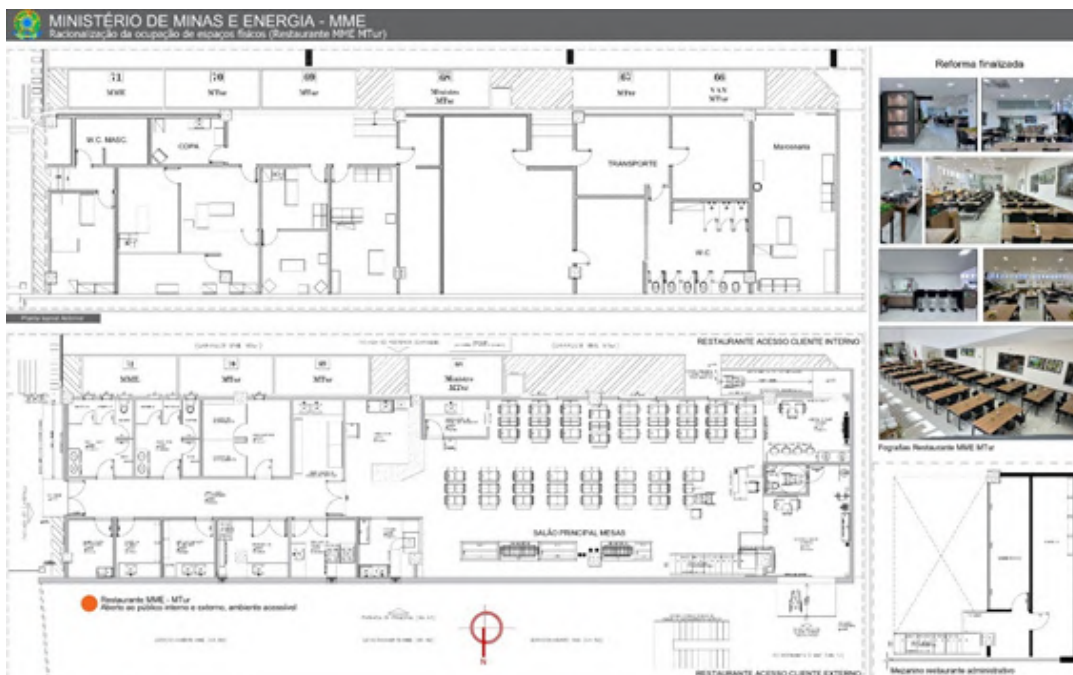
As ações não entregues demandam ajustes contratuais, padronização sistêmica e período adicional de adaptação dos usuários, estando previstas para execução a partir de 2026.



EIXO 2 – Racionalização da Ocupação dos Espaços Físicos

O eixo trata da organização física do edifício, promovendo acessibilidade, melhor uso dos espaços e bem-estar. Em 2025, foram realizadas readequações significativas no subsolo, térreo, garagem e áreas comuns, incluindo a modernização dos auditórios, implantação de restaurante com acesso externo, cessão de áreas ao MTur e criação de sala de amamentação.

A implantação integral do projeto de acessibilidade não foi concluída no período, em razão da necessidade de aprovação pelo IPHAN e de programação orçamentária específica, estando prevista para os próximos ciclos.



Metas do eixo

- Redimensionar e otimizar a ocupação dos espaços físicos.
- Promover acessibilidade e uso compartilhado dos ambientes.

Entregas realizadas em 2025

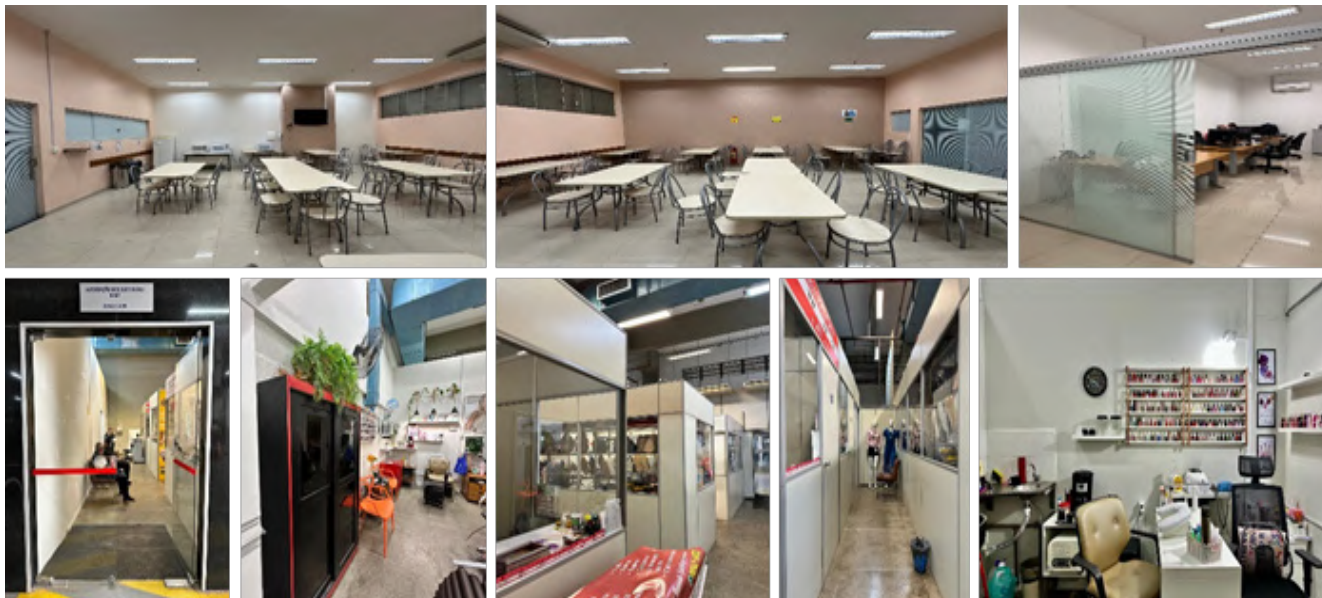
- Readequação integral do 1º subsolo.
- Implantação de restaurante com acesso externo.
- Reforma e modernização dos auditórios com acessibilidade.
- Cessão de áreas ao MTur e à Associação dos Servidores.
- Implantação de sala de amamentação.
- Padronização de mobiliário nos pavimentos 4º, 7º e 9º.
- Ampliação do bicicletário.

Ações não entregues em 2025

- Implantação completa do projeto de acessibilidade aprovado pelo IPHAN.

Justificativa

A execução integral depende de aprovação formal do IPHAN e de programação orçamentária específica, com implantação prevista para os próximos ciclos.



EIXO 3 – Identificação de Objetos de Menor Impacto Ambiental

Este eixo visa incorporar critérios ambientais, análise de ciclo de vida e certificações nas aquisições públicas. Em 2025, foram fortalecidas as bases técnicas e iniciada a inclusão gradual de critérios sustentáveis no planejamento das contratações. A aplicação plena de checklists e certificações está prevista para 2026, condicionada à capacitação das equipes.

Metas do eixo

- Incorporar critérios ambientais, ciclo de vida e certificações nas aquisições.

Entregas realizadas em 2025

- Inclusão gradual de critérios de sustentabilidade no planejamento das contratações.
- Preparação técnica para adoção do novo manual de compras sustentáveis.

Ações não entregues em 2025

- Implantação plena de checklists e certificações ambientais.

Justificativa

As ações dependem de capacitação específica e harmonização normativa, com execução planejada para 2026.

EIXO 4 – Fomento à Inovação no Mercado

O eixo busca modernizar contratações, privilegiando resultados e inovação. Destaca-se a estruturação e publicação de edital para contratação de apoio à gestão patrimonial com base em SLA, sem alocação de postos de trabalho e sem aquisição de materiais permanentes. A avaliação da aderência do mercado ocorrerá após a realização do pregão, previsto para novembro de 2025.

Metas do eixo

- Modernizar contratações com foco em resultados e inovação.

Entregas realizadas em 2025

- Elaboração do ETP, TR e edital para contratação de apoio à gestão patrimonial com SLA.
- Publicação do edital e preparação do pregão.

Ações não entregues em 2027

- Avaliação da aderência do mercado.

Justificativa

A avaliação depende da realização do pregão, previsto para novembro de 2025, com análise subsequente em 2026.

EIXO 5 – Inclusão de Negócios de Impacto nas Contratações Públicas

Este eixo promove economia circular e inclusão social. Em 2025, foram realizadas doações de 1.465 bens permanentes a sete institui-

ções públicas e sociais, incluindo projetos de inclusão digital do Ministério das Comunicações. As doações serão retomadas a partir de 2027, em razão das restrições do ano eleitoral de 2026.

Metas do eixo

- Promover economia circular e destinação social de bens.

Entregas realizadas em 2025

- Doação de 1.465 bens permanentes a sete instituições.
- Doação de 612 itens de TI para projetos de inclusão digital.
- Fortalecimento da economia circular.

Ações não entregues em 2025

- Continuidade das doações em 2027.

Justificativa

As doações foram suspensas em 2026 em razão do ano eleitoral, com retomada prevista para 2027.

A acessibilidade será o foco prioritário do plano de comunicação a partir de 2026.

06

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A execução do primeiro ciclo do Plano de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia evidenciou avanços relevantes, mas também revelou desafios estruturais que demandarão atenção continuada ao longo do período de vigência do PLS (2024–2028). Esses desafios estão diretamente relacionados à consolidação das ações iniciadas, à ampliação do escopo das iniciativas e à internalização definitiva da cultura de sustentabilidade na gestão administrativa.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de aprofundar a integração entre planejamento, execução e monitoramento das ações sustentáveis, assegurando que os indicadores estabelecidos sejam utilizados de forma sistemática para subsidiar a tomada de decisão gerencial. A consolidação de bases de dados confiáveis sobre consumo de água, energia, materiais e ocupação dos espaços físicos é fundamental para o aprimoramento das metas e para a mensuração dos resultados ao longo dos próximos ciclos.



Outro desafio relevante refere-se à ampliação das compras públicas sustentáveis, especialmente no que tange à aplicação consistente de critérios ambientais, sociais e de governança nos artefatos da contratação. Esse avanço pressupõe a capacitação contínua das equipes técnicas, a disseminação de instrumentos orientativos, como guias e checklists, e o fortalecimento do diálogo com o mercado fornecedor, de modo a estimular soluções inovadoras, eficientes e alinhadas às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

No campo da infraestrutura e da gestão predial, permanecem como desafios a implementação integral do projeto de acessibilidade, condicionada a aprovações técnicas e disponibilidade orçamentária, bem como a continuidade das ações de modernização energética e hídrica. Tais iniciativas são essenciais para assegurar ambientes inclusivos, seguros e eficientes, em conformidade com as normas vigentes e com os compromissos institucionais assumidos pelo MME.

No que se refere à dimensão social e cultural da sustentabilidade, destaca-se o desafio de manter e ampliar as ações de comunicação, conscientização e capacitação, de forma permanente e estruturada. A consolidação de uma cultura institucional orientada aos prin-

cípios ESG exige esforços contínuos de sensibilização, engajamento das lideranças e participação ativa dos servidores e colaboradores, especialmente em temas como consumo consciente, gestão de resíduos, acessibilidade, inclusão social e ética no ambiente de trabalho.

Como perspectiva para os próximos ciclos, o PLS/MME projeta o fortalecimento das ações estruturadas no primeiro ano, com ênfase na ampliação da acessibilidade universal, na consolidação das compras sustentáveis, na avaliação e eventual expansão de modelos contratuais inovadores baseados em desempenho e na institucionalização da economia circular no âmbito da gestão patrimonial. Adicionalmente, espera-se intensificar a articulação entre o PLS, o PGRS e outras políticas institucionais, de modo a garantir coerência, sinergia e maior efetividade das ações implementadas.

Dessa forma, os desafios identificados não se apresentam como limitações, mas como oportunidades de aprimoramento contínuo da gestão pública, permitindo que o Ministério de Minas e Energia avance de forma consistente na consolidação de práticas sustentáveis, alinhadas às diretrizes nacionais, aos compromissos internacionais e às expectativas da sociedade.



07

CONCLUSÃO

O primeiro ciclo de execução do Plano de Logística Sustentável do Ministério de Minas e Energia (PLS/MME), referente ao período de novembro de 2024 a novembro de 2025, evidencia avanços estruturantes e resultados consistentes na consolidação de práticas administrativas mais eficientes, sustentáveis e alinhadas às diretrizes contemporâneas de governança pública.

As ações desenvolvidas ao longo deste período permitiram a organização de processos, a racionalização do uso de recursos, a modernização de contratos e a qualificação da gestão predial do edifício-sede, com destaque para a implantação integral da coleta seletiva, a reorganização dos espaços físicos, a redução de desperdícios, o fortalecimento da economia circular por meio de doações de bens e a adoção de modelos contratuais inovadores orientados a resultados.

Esses avanços dialogam diretamente com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas, em especial com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados ao consumo e produção responsáveis (ODS 12), energia acessível e limpa (ODS 7), água potável e saneamento (ODS 6), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas (ODS 16). A integração dos princípios ESG às rotinas administrativas do MME reforça o papel do setor público como indutor de boas práticas e de transformação institucional.

O contexto internacional, marcado pela realização da COP 30 no Brasil, amplia a relevância das iniciativas aqui relatadas, ao evidenciar a necessidade de que os órgãos públicos federais adotem medidas

concretas e mensuráveis de sustentabilidade em suas operações. Nesse sentido, o PLS/MME se consolida como instrumento estratégico de alinhamento entre as políticas públicas setoriais, a gestão administrativa interna e os compromissos globais de enfrentamento às mudanças climáticas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Cabe destacar que o primeiro ano de execução teve caráter fortemente estruturante, priorizando ações transversais e de base, indispensáveis para a viabilização dos ciclos seguintes. A consolidação dessas ações cria condições favoráveis para que, entre 2026 e 2028, o MME avance de forma mais consistente na ampliação da acessibilidade universal, no fortalecimento das compras sustentáveis, na inovação em contratações públicas, na qualificação contínua das equipes e na institucionalização definitiva da cultura de sustentabilidade.

Por fim, o Ministério de Minas e Energia reafirma seu compromisso com a melhoria contínua da gestão pública, com a responsabilidade socioambiental e com a eficiência no uso dos recursos públicos, reconhecendo o Plano de Logística Sustentável como instrumento essencial para o fortalecimento da governança, a promoção do bem-estar organizacional e a contribuição efetiva para os objetivos estratégicos do Estado brasileiro.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**

